

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Criada comissão para estudar a redivisão territorial do País

por Adriana Vera e Silva de Brasília

A anistia do pagamento da correção monetária nos empréstimos contraídos por pequenos empresários e produtores rurais, os benefícios da Previdência Social, a legalização da pena de morte e dos jogos de azar deverão ser votados hoje pela Assembleia Nacional Constituinte, que tem sessões marcadas para amanhã e a tarde. Ontem foi rejeitada a criação do Estado do Triângulo Mineiro e estabelecida uma comissão que terá um ano para apresentar ao Congresso um estudo sobre a redivisão do território brasileiro.

A fusão de emendas que previa a criação do Estado do Triângulo Mineiro era assinada por nove constituintes e estabelecia a realização de um plebiscito na área em que seria instalado o novo estado. Se fosse aprovado pela população, ele seria criado automaticamente. Como obteve apenas 122 votos favoráveis, a emenda foi rejeitada.

As demais emendas que tratavam da criação de novos estados no País foram retiradas por seus autores porque foi aprovada por 307 votos a criação da Comissão de Estudos Territoriais. Ela será composta por dez membros indicados pelo Congresso Nacional e cinco pelo Poder Executivo

Prazo menor de domicílio eleitoral

por Ascânio Seleme de Brasília

Com votos de praticamente todos os segmentos políticos da Constituinte, foi reduzido de um ano para quatro meses o prazo de domicílio eleitoral para as eleições deste ano. Os partidos de esquerda entenderam que a redução desse prazo significa uma vitória sobre "resquícios do autoritarismo", como defendeu o líder do PCB, deputado Roberto Freire.

"A camisa-de-força ficou um pouco mais folgada", argumentou Freire. "Mas nossa intenção é acabar com ela de uma vez por todas", concluiu. Roberto Freire vai apresentar uma emenda supressiva no segundo turno da Constituinte para retirar da Constituição qualquer menção ao domicílio

e terá um ano para submeter ao Congresso estudos sobre as novas unidades territoriais do Brasil.

Por 316 votos a favor, 55 contra e 16 abstenções, foi aprovada a redução do prazo de domicílio eleitoral exigido para os candidatos às eleições municipais do próximo mês de novembro. Pela atual Constituição, esse prazo é de um ano e foi agora reduzido para quatro meses.

eleitoral. "O domicílio só serviu para impedir candidaturas na ditadura, agora não tem mais razão para existir", frisou o deputado do PCB.

A mesma posição foi defendida pelo senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS e ex-ministro de governos militares.

"O domicílio eleitoral foi criado para evitar candidaturas militares contrárias às orientações do presidente Castello Branco", disse o senador paraense, justificando seu voto pela redução do prazo para quatro meses. Passarinho também concordou que a matéria deveria ser suprimida do texto constitucional.

Uma das poucas vezes contrárias à redução do prazo para o domicílio eleitoral foi a do líder do governo na Constituinte, deputado Carlos

Sant'Anna (PMDB-BA). Apesar de se abster na votação, o líder do governo confessou não entender por que reduzir o prazo original de um ano. "Não tem nada mais fidedigno politicamente do que o domicílio eleitoral", disse o deputado. "Como alguém pode querer se candidatar a prefeito com apenas quatro meses de domicílio eleitoral?" questionou Sant'Anna.

O líder entende que o prazo mínimo deveria ser de dois anos, "para que qualquer candidato pudesse se enraizar o mínimo e tentar sua eleição". Para o deputado José Genoino (PT-SP), "o domicílio eleitoral é uma prática antidemocrática". Ele entende que a questão deve ser apreciada apenas pelos partidos e pelo eleitorado. "Democrático é o voto", sublinhou o deputado.

deputado Sólton Borges dos Reis (PTB-SP), que estabeleça a popularização da nova Constituição, através de sua distribuição gratuita em todo o território nacional. A última emenda aprovada na sessão de ontem, de autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE), cria uma comissão para comemorar o centenário da proclamação da República.

Ao final da sessão, os líderes dos partidos reuniram-se para continuar trabalhando nos acordos que têm por objetivo apressar a votação das Disposições Transitórias. O deputado Ulysses Guimarães pretende terminá-la amanhã no início da tarde — quando assume interinamente a Presidência da República —, por isso marcou sessões matutinas para hoje e amanhã e estendeu as sessões da tarde até às 22 horas.

Líderes fecham acordo sobre a Previdência

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Foi fechado ontem à noite um acordo dos líderes dos partidos na Assembleia Nacional Constituinte em relação à Previdência Social. Ele deverá ser votado hoje nas duas sessões da assembleia e provavelmente será aprovado por ser de consenso entre as lideranças.

Pelo que já foi estabelecido nas disposições permanentes da Constituinte, a Previdência Social deverá restabelecer o poder aquisitivo dos aposentados em valores equivalentes ao que eles receberiam se estivessem na ativa. O acordo fechado ontem estabelece que a Previdência terá prazo de 180 dias, após a promulgação da nova Constituição, para recalcular o provento dos aposentados, com base no número de salários mínimos por eles recebidos à época da aposentadoria.

Segundo o deputado paulista José Serra (PSDB), "o aumento das dívidas da Previdência com todas as medidas da nova Constituição será de 70%. Desse total, a reposição aos aposentados equivale a 20%". A informação foi dada pelo deputado no início da tarde a um grupo de aposentados que assistiu à sessão da Constituinte.

Outro dado que circulou ontem à noite, durante a reunião dos líderes, é que os aposentados a partir de 1979 recebem hoje da Previdência somente 53% de seu salário real.

Para pagar a diferença de salários aos aposentados, a Previdência Social receberá a grande maioria dos fundos arrecadados pelo Finsocial. As empresas recolhem por lei 0,6% de seu faturamento para esse fundo. Desse total, 0,5 irá para a Previdência Social e 0,1% para as despesas com a reforma agrária, conforme deverá ser estabelecido pela nova Constituição.

Decisão acertada

"Onde já se viu um mineiro dividir alguma coisa boa em que as duas partes perdem". Com esta frase mineira o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, comentou ontem, segundo a Radiobrás,

sempre traz privilégio para alguém em detrimento de alguém, porque o dinheiro do governo é dinheiro do povo. Assim, se o governo vai pagar pela anistia, o povo é que será sacrificado", observou João de Paiva, acrescentando que o assunto nem deveria ser tratado pela Constituinte, podendo ser resolvido através de uma negociação entre o governo e os empresários.

A proposta mais próxima de um acordo na noite de ontem era a do deputado José Lins (PFL-CE), que sub dividia a emenda original em outras três. A primeira emenda cancelaria a correção monetária dos empréstimos de microem-

Rejeitada a emenda de emancipação do Triângulo Mineiro

por Ascânio Seleme de Brasília



Ronan Tito

A emancipação do Triângulo Mineiro foi rejeitada até mesmo pelo senador Ronan Tito, líder do PMDB no Senado, que é domiciliado eleitoralmente em Uberlândia, a capital em potencial do estado que se pretendia criar na Assembleia Nacional Constituinte. Tito, antigo líder da emancipação do Triângulo, foi um dos 46 constituintes que se abstiveram de votar a matéria.

"Sou senador de Minas Gerais, não do Triângulo Mineiro", justificou o líder. "Desde 1964 trabalho pela emancipação do Triângulo, mas agora estou representando o estado como um todo", concluiu o senador. O resultado da votação não surpreendeu nem mesmo o deputado Chico Humberto (PDT-MG), um dos autores da fusão que emancipava a região. "Acho que até conseguimos muitos votos", disse Humberto, assim que o painel eletrônico mostrou 122 votos favoráveis a sua emenda.

O deputado do PDT ainda tentou uma nova votação, já que a rejeição da matéria não alcançara 280 votos. "Como a emenda era coletiva, com 302 assinaturas favoráveis, o regimento prevê nova votação em 24 horas caso sua rejeição não atinja o mínimo de 280 votos", tentou persuadir Humberto. O seu alvo, entretanto, não lhe deu atenção. O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, entendeu que a matéria fora votada dentro de uma fusão de emendas, perdendo, consequentemente, aquele benefício regimental.

Os constituintes mineiros que votaram contra a proposta alegaram que a ma-

téria estava desprovida de conteúdo técnico e estudos mais aprofundados. O deputado Aécio Neves (PMDB-MG) disse que a "emenda não tinha razões substanciais para ser aprovada". Aécio Neves identificou "objetivos políticos" daqueles que queriam a sua aprovação.

Um dos defensores da emenda, deputado Homero Santos (PFL-MG), domiciliado em Uberaba (cidade do Triângulo Mineiro), garantiu que a questão "não está morta". Logo após a rejeição do Triângulo, a Constituinte aprovou a criação da Comissão de Estudos Territoriais do Congresso Nacional.

"Essa comissão vai trazer a questão do Triângulo novamente à pauta", defendeu Santos. Segundo o texto que a criou, a comissão terá um ano, após a promulgação da Constituição, para apresentar estudos sobre a realidade territorial brasileira. Pode até propor desmembramentos de estados, mas a matéria terá de ser posteriormente apreciada pelo Congresso Nacional.

Marcada para hoje a votação da anistia

por Ascânio Seleme de Brasília

Será votada hoje a emenda que cancela a correção monetária sobre os empréstimos contraídos por pequenos empresários e produtores rurais durante o Plano Cruzado. Durante as últimas duas semanas, mais de dez propostas de fusão foram apresentadas e discutidas entre os autores das emendas originais e segmentos da Constituinte que representam o governo, os bancos e os beneficiários da matéria.

Até as 10 horas da noite de ontem não havia um acordo sobre a questão, apesar de exaustivas tentativas de se encontrar um denominador comum entre as várias tendências envolvidas. Duas propostas estavam na mesa de discussão na noite de ontem. A primeira, de autoria do senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado, não cancelava a correção monetária, apenas congelava por um ano após a promulgação da nova Constituição.

A proposta de Gadelha agradou ao deputado Humberto Souto, um dos autores da fusão original, mas não obteve a concordância do senador Mansueto de Labor, outro autor. "Não há como congelar, nossa proposta é de cancelamento da correção", encerrou a questão Mansueto. Até mesmo algumas lideranças partidárias se mostraram contrárias à ideia de Gadelha. O deputado Luiz Salomão, que participa das negociações pelo PDT, disse que a proposta de Gadelha "apenas prorroga por um ano o problema".

A proposta mais próxima de um acordo na noite de ontem era a do deputado José Lins (PFL-CE), que sub dividia a emenda original em outras três. A primeira emenda cancelaria a correção monetária dos empréstimos de microem-

presários urbanos e pequenos produtores rurais, tomados entre 28 de fevereiro de 1986 e 28 de fevereiro de 1987. Essa emenda, que seria votada separadamente, abrangeria as renegociações dos empréstimos desse período.

A outra emenda, que seria votada em seguida, anistiará apenas 50% da correção monetária sobre os empréstimos do Plano Cruzado contraídos por pequenos empresários urbanos e médios produtores rurais e seriam adotados os mesmos termos da primeira emenda, com exceção do valor do benefício. A terceira emenda, colocada para garantir acordo com os autores, cancelaria 100% da correção dos empréstimos desses dois segmentos.

Na ausência de acordo — uma possibilidade concreta, já que em duas semanas não houve entendimento —, os autores vão apresentar uma fusão própria que entrará na pauta de votação na tarde de hoje. Essa fusão seria a mais ampla de todas, uma vez que vai anistiar toda a correção monetária dos empréstimos contraídos entre 28 de fevereiro de 1986 e 31 de dezembro de 1987.

A fusão original abrange os micro e pequenos empresários urbanos e pequenos e médios produtores rurais. Ela não condiciona o benefício a qualquer regra e estabelece um prazo de 180 dias após a promulgação da Constituição para que os anistiados paguem o principal e os juros das suas dívidas. Nesse caso, o ônus da emenda será o previsto pelo Ministério da Fazenda (US\$ 10 bilhões).

Os autores da fusão acreditam que aprovam a emenda original, caso não haja acordo. Os líderes do governo também temem essa possibilidade. A questão estará definida até o final da tarde de hoje.

Agenda

Sessão de ontem

- Território — A Constituinte aprovou a criação de uma comissão que cuidará da redivisão do território brasileiro.
- Triângulo — Foi rejeitado o plebiscito para a criação do estado do Triângulo Mineiro.
- Telecomunicações — Com 367 votos, foi aprovado o acordo que mantém a concessão dos serviços de telecomunicações hoje em funcionamento.
- Nova Carta — A distribuição gratuita do novo texto constitucional foi aprovada com 312 votos.

Sessão de hoje

- Polêmica — Ficaram para hoje os temas mais

polêmicos que ainda não foram votados pelas Disposições Transitórias. O primeiro deles deverá ser a anistia fiscal para as dívidas contraídas por microempresários e produtores rurais durante o Plano Cruzado.

• Outros temas — Devem também ser votados os acordos sobre a Previdência Social e a Legalização do jogo-do-bicho, dos cassinos e da pena de morte.

• A Assembleia Nacional Constituinte — Tem duas sessões marcadas para hoje. A primeira começa às 9 horas, e termina na hora do almoço. A sessão da tarde, que começa às 14h30, só deverá terminar às 22 horas, conforme determinou o presidente Ulysses Guimarães.